

mudar a



publicação do graal

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



ECONOMIA PARALELA

MÚLTIPLAS DESIGNAÇÕES

Há muitos tipos de actividades económicas que os governos e os seus economistas parecem ignorar. Ao conjunto dessas actividades são atribuídas diversas designações.

Uns chamam-lhe sector informal, outros sector quaternário, outros ainda sector D (quarto na hierarquia da importância económica, depois do sector primário da «extracção», do sector secundário da «transformação» e do sector terciário dos «serviços»).

Há os que falam de economia doméstica, economia moderna de trocas, economia de transferências de bens naturais, mercado não monetário; há os que se referem a uma zona de actividades individuais, espontâneas, de entre-ajuda; enquanto outros se socorrem da linguagem marxista e falam pura e simplesmente de «reprodução social».

Ivan Illich

in «Le genre vernaculaire»
Ed. Seuil, 1983

TRABALHO ÚTIL E INÚTIL

As sociedades industriais modernas caracterizam-se pela composição da sua chamada «população activa»: apenas uma fracção relativamente pequena dessa população fornece o trabalho indispensável à sobrevivência, também designado por trabalho «socialmente útil».

Considero «socialmente útil» todo o trabalho que assegura a manutenção de uma dada sociedade, quaisquer que sejam as suas condições de vida. Assim, a produção alimentar, a produção de uma parte da energia, a produção do vestuário, habitação, serviços de manutenção, parte dos serviços de transporte, educação, saúde, são actividades socialmente úteis. Em contrapartida, os produtos de luxo, a moda, a maior parte dos serviços administrativos e das actividades comerciais podem ser consideradas socialmente inúteis. Exemplo clássico desta distinção é o que se passou na Europa durante a Segunda Guerra Mundial: a população não mobilizada adaptou-se razoavelmente à escassez de bens nos sectores menos úteis, mas só

α muito custo sobreviveu às carências nos sectores socialmente úteis.

Se examinarmos, deste ponto de vista, uma sociedade como a francesa, verificamos que só cerca de 35 a 40 por cento da população activa e 15 a 18 por cento da população total estão a realizar trabalhos indispensáveis à sobrevivência da colectividade: cerca de 7 por cento na produção alimentar, cerca de 15 por cento em indústrias de bens manufacturados de primeira necessidade e uma pequena porção, cerca de 12 por cento, nos serviços.

O resto da população activa, cerca de 60 a 65 por cento, realiza, sem dúvida, tarefas honestas e meritórias, mas de utilidade social duvidosa. Se uma greve dos que produzem trabalho socialmente útil pode causar, em poucos dias, o colapso de uma sociedade, as greves dos que se dedicam a trabalhos socialmente menos úteis podem prolongar-se ao longo de várias semanas sem que isso perturbe o equilíbrio social.

Quanto aos salários, é evidente que as receitas dos 60 por cento que produzem trabalho menos útil são indirectamente suportadas pelos 40 por cento que

realizam trabalho socialmente útil. Ao gastarem a receita que resulta da produção desses 40 por cento, os 60 por cento restantes estão a redistribuir essa receita por toda a sociedade. Contribuem assim para que o benefício produzido por uma minoria possa «irrigar» todo o corpo social e fazer dele um todo mais igual. Na realidade, este sistema de redistribuição poderia funcionar mesmo que os 60 por cento socialmente menos úteis não realizassem nenhum trabalho e se limitassem a receber uma «renda» paga pelos 40 por cento socialmente úteis. Bastaria que os mesmos 60 por cento continuassem a restituir aos restantes 40 por cento parte desse «subsídio», através do consumo dos bens que eles produzem. Trata-se, pois, de um sistema de «subsídios mútuos»: um grupo subsidia outro, o qual, por sua vez, devolve ao primeiro parte do bene-

fício que recebeu. Assim, em vez de um grupo guardar para si todo o lucro do seu trabalho reduzindo o outro à situação de pedinte, opera-se uma distribuição mais igualitária da riqueza produzida e, conseqüentemente, uma maior justiça social.

É evidente que um tal sistema de «subsídios mútuos» não pode funcionar eficazmente em circuito completamente fechado, nomeadamente quando uma sociedade vive acima das suas possibilidades. O déficit causado pelo sistema de «subsídios mútuos» tem que ser coberto por alguma receita exterior. As sociedades industriais asseguram essa receita através do comércio externo. Exportam assim o seu próprio déficit para outras sociedades menos industrializadas, onde o sistema de subsídios mútuos atinge menores proporções.

ALGUNS EXEMPLOS

Não é fácil medir o volume da economia dita paralela. Trata-se, na maioria dos casos, de um comércio fora do mercado oficial, de trocas de bons ofícios ou de retribuição monetária de favores que nem o fisco nem as estatísticas conseguem controlar.

Na Jugoslávia, é preciso levar um frango ao médico dos Serviços de Saúde para conquistar o seu interesse. Na Polónia, oferecem-se ovos aos funcionários civis encarregados da publicação dos banhos de casamento. Na URSS mais de três quartos dos ovos, do leite, do queijo e dos legumes são comprados pelas famílias em mercado paralelo. Nos EU, atingem milhões de contos as transacções de marijuana ou de heroína que escapam a qualquer controlo...

Existem já algumas estimativas sobre o vo-

lume desta economia clandestina, em comparação com o produto nacional bruto. O governo britânico avalia em 7,5 % do PNB a perda fiscal que estas actividades anualmente lhe acarretam. O fisco americano calculou, para o ano de 1976, em 135 milhões de dollars o produto de actividades de particulares ou de empresas não registadas pelas agências federais. A Itália deve ao vigor do seu «mercado negro» a capacidade que teve de, nos últimos dez anos, fazer face a uma situação que os economistas consideravam de bancarrota eminente. Para não falar nos países socialistas que só graças a múltiplas formas de economia paralela têm podido sobreviver à gestão burocrática que os caracteriza.

*Ivan Illich
Ibidem*

O SECTOR QUATERNÁRIO

Entre a população considerada «inactiva» (por oposição a «activa»), há os que produzem trabalho socialmente útil, mas não contabilizado em termos do produto nacional bruto (PNB). As donas de casa, por exemplo, pertencem ao sector quaternário: o seu trabalho é útil e indispensável, mas não recompensado por qualquer remuneração. O mesmo se passa com o trabalho realizado por outros cidadãos durante os fins de semana: jardinagem, arranjos domésticos, etc. Em certo sentido, pode mesmo dizer-se que nas sociedades industrializadas o sector quaternário se divide prioritariamente em dois grupos: o dos que trabalham por necessidade (trabalho diário) e o dos que se ocupam por lazer (fins de semana).

No terceiro mundo a situação é outra: o sector quaternário refere-se exclusivamente à subsistência. Com uma «população activa» que não ultrapassa os 20 por cento, a percentagem dos que realizam actividades de tipo quaternário atinge, por vezes, os 70 por cento. Este fenómeno é consequência do crescente desem-

prego nos sectores clássicos. São, sobretudo, pessoas que vivem em bairros de lata, onde realizam pequenos trabalhos que lhes permitem sobreviver: constroem a sua barraca, cultivam uma pequena horta, criam galinhas e, se possível, uma cabra — e assim se mantêm sem, praticamente, gastar qualquer dinheiro.

O sector quaternário tem uma influência decisiva nas políticas dos países do terceiro mundo. Durante algum tempo, os seus governos pretenderam deter o seu crescimento, contrapondo-lhe uma rápida industrialização, com o conseqüente alargamento dos sectores secundário e terciário. Hoje, porém, após um período de expectativas frustradas, é cada vez mais claro que a industrialização não resolve todos os problemas. Assim, os governos do terceiro mundo são levados a reconhecer que o sector quaternário tem uma importância decisiva e que a sobrevivência nacional está associada ao desenvolvimento de uma economia de subsistência.

Um tal reconhecimento não pode deixar de pôr em questão certas importações de bens manufacturados nos países industrializados. Ora essas importações são

vital para o equilíbrio da economia desses países, não só porque regulam o seu sistema interno de «subsídios mútuos» mas, sobretudo, porque são a moeda de troca para a compra das matérias primas de que necessitam. Assim, o comércio com os países não industrializados é vital para os países industrializados, tanto mais que a contabilidade desse comércio é feita na base do sistema monetário.

É altamente provável que, gradualmente, alguns países do terceiro mundo sejam levados a reduzir as suas trocas com os países industrializados e, como consequência, a abandonar o sistema monetário internacional. Nesse caso, os seus governos não terão outra saída senão a do apoio activo ao sector quaternário, que se tornará a base de um novo poder. Alguns economistas precursores têm defendido este ponto de vista e parece lógico que os países industrializados comecem a preparar-se para uma tal eventualidade.

Perante ela, os países industrializados terão que escolher entre duas estratégias: a primeira envolve a força e implica intervenção militar contra os países que se recusem a vender os seus recursos naturais; a segunda, mais pragmática e mais recomendável, implica a reorganização da estrutura económica dos países industriais, através do apoio e aceleração do crescimento do seu sector quaternário. A esse sector, obviamente distinto do quaternário do terceiro mundo, chamaremos «sector quaternário modernizado».

SECTOR QUATERNÁRIO MODERNIZADO

A modernização do sector quaternário das sociedades industrializadas é já uma realidade em curso. Tal facto deveria bastar para chamar a atenção dos governos, tanto mais que as suas formas de intervenção e influência nos processos económicos e sociais são cada vez mais postas em questão. Na verdade, os mecanismos do planeamento clássico, segundo os quais uma autoridade fixa determinados objectivos e mobiliza a sociedade para os atingir de acordo com programas pré-determinados, revelam-se cada vez mais inadequados.

VONTADE DE TRANSGRESSÃO

O surto da economia subterrânea vai de par com uma redução do universo do trabalho tradicional.

Assim, enquanto as estatísticas oficiais regredem e os valores associados ao trabalho parecem esbater-se, assistimos ao reaparecimento de uma série de situações que, nos últimos anos, se consideravam em vias de extinção: os camponeses-operários, cujos filhos se julgavam destinados a ser simples operários, são hoje mais camponeses do que nunca, sobretudo nas regiões de baixo emprego industrial.

Num período caracterizado pelo «crescimento zero», ou mesmo pelo «crescimento negativo», as alavancas habituais dos governos (canalização e subsídio da produção) deixam de funcionar. Isso é especialmente verdade para os países que ultrapassam a dimensão crítica — isto é, países cujos mecanismos de transmissão e feedback se tornam auto-bloqueadores a partir de uma certa dimensão. Muitos dos países industrializados são hoje praticamente ingovernáveis. Pena é que as suas autoridades, em vez de porem em questão os modelos clássicos de planeamento, se limitem a procurar maneiras de evitar conflitos, eliminar obstáculos, introduzir correctivos...

Urge, pois, examinar de perto a emergência do moderno sector quaternário.

O sector quaternário modernizado dos países industrializados surge, antes de mais, como consequência do crescente desemprego. Mesmo quando subsidiados pelos fundos públicos, os desempregados esforçam-se por melhorar a sua qualidade de vida através de ocupações quaternárias. Se dispõem de terra, passam a cultivá-la; se conhecem um ofício, passam a exercê-lo; se estão próximos de uma comunidade, oferecem-se para serviços socialmente úteis. Ora se aceitarmos a ideia de que o desemprego continuará a crescer nas próximas décadas, é presumível que o sector quaternário venha a absorver grande parte da mão de obra disponível, contribuindo para inverter a actual proporção entre actividades socialmente úteis e actividades menos úteis.

São muitos os exemplos deste fenómeno nos países industrializados: trabalho «negro», troca de serviços e produtos, etc. Há quem argumente que o sector quaternário resulta sobretudo da situação dos sectores da população mais marginalizada. Mas não será verdade que, se a actual situação se mantiver, esses marginais poderão vir a converter-se em maioria? Não é absurdo pensar que num futuro próximo os empregos clássicos venham a tornar-se «marginais» e as actividades quaternárias passem a constituir o maior volume do sistema económico.

Importa analisar a fundo esta situação e, mais importante ainda, procurar os meios que permitam aos

Por toda a parte, os estudantes trabalham e os trabalhadores estudam; os intelectuais cultivam a terra e os agricultores dedicam-se às artes; os produtores querem ser comerciantes e os comerciantes produtores...

Trata-se, afinal, de uma mesma vontade de transgressão, sinal de uma comum rebeldia face aos grandes universos tutelares.

Alain Minc
in «L'après-crise est commencé»
Galimard, 1982

governos cooperar com a corrente do **desenvolvimento quaternário**. Que novas formas tomaria o planeamento se, em vez de pretender «dirigir» o desenvolvimento, pretendesse sobretudo estimulá-lo e apoiá-lo? Algumas questões chave se põem nesta linha:

- Que tipo de planeamento físico poderá facilitar o desenvolvimento do sector quaternário?
- Que recursos são necessários para ele?
- Onde se poderão encontrar esses recursos?
- Que barreiras institucionais se opõem a um tal desenvolvimento?
- Como poderão essas barreiras ser modificadas?

O PROBLEMA DA IMAGEM

O desenvolvimento do sector quaternário tem contra ele um factor determinante: o problema da imagem.

Com efeito, o estilo de vida das sociedades industrializadas faz do consumo a imagem de marca do estatuto e do sucesso social. Tem que se ganhar muito dinheiro para poder comprar muitas coisas, usar muitos transportes, exigir muitos serviços: nisso consiste a medida e o símbolo do valor de cada um. Por outro lado, viver economicamente, ao nível da subsistência, é considerado um sinal de pobreza e de estatuto pessoal inferior. Um camponês que se basta a si próprio é desdenhado por um operário fabril que consome mais. Por isso a agricultura tende a industrializar-se cada vez mais, apesar das perdas que, a longo prazo, isso implica. O camponês consente em deixar arruinar a sua ferramenta fundamental — a terra —, em ordem a ganhar mais durante um período mais curto e assim poder adquirir certos símbolos de prestígio social.

Para tornar o sector quaternário «respeitável» torna-se necessário rever os **símbolos de estatuto**. Que novos símbolos poderão ser aceites? Como poderão impôr-se,

propagar-se? Em alguns países socialistas, esforços tendentes a criar uma nova aristocracia (em termos de partido, categoria profissional, casta educacional, etc.) conseguiram impôr-se ao modelo dominante do consumo como símbolo de estatuto. Noutros países, os novos símbolos surgem associados a actividades de ordem desportiva, cultural ou outra. Num caso como noutro, é óbvio que o papel fundamental na alteração dos códigos de valor de uma sociedade cabe à educação e aos meios de comunicação social.

No que se refere ao sector quaternário, importa, antes de mais, que as próprias pessoas que nele estão implicadas tenham consciência do seu valor e se mostrem dispostas a aceitar novos símbolos de respeitabilidade social. Simultaneamente, cabe aos governos «consagrar» essa respeitabilidade, através de medidas adequadas:

- Um primeiro passo, em ordem a esse objectivo, consistiria no **reconhecimento** legal da existência da prática quaternária (tal prática é actualmente condenada na maioria dos países e só a sua legalização permitirá modificar o seu estatuto).
- O segundo passo vai para além da simples legalização: os governos deveriam **proteger** a prática quaternária contra as agressões que lhe vêm de outros sectores, ciosos dos seus privilégios...
- O terceiro passo consistiria na **valorização pública** da importância real do quaternário (a propósito, o que aconteceria se as donas de casa se organizassem em sindicato e entrassem em greve?). A lei deveria reconhecer publicamente o carácter indispensável ao sector quaternário, no actual momento da vida económica mundial.

Yona Friedman

in, «The Quaternary Sector»

Universidade das Nações Unidas, 1979

O PAPEL DO ESTADO

Face a um tal movimento da sociedade, o Estado reage pretendendo eliminar a economia subterrânea, na convicção de que, por um jogo de vasos comunicantes, tudo o que é subterrâneo se converterá em oficial, sem o menor desperdício.

Pura ilusão! Se olharmos com realismo os mecanismos do mercado nas nossas sociedades, só poderemos concluir que o papel do Estado é o inverso: reconhecer a legitimidade daquilo que

lhe é, fundamentalmente, estrangeiro... «branquear» o trabalho negro... aceitar a economia subterrânea como parcela inevitável da luta contra a crise...

Para tal, exige-se que o Estado seja capaz de pensar a sociedade em termos de múltiplos dinamismos, como sociedade polimórfica. Será o Estado capaz dessa reconversão?

Alain Minc
Ibidem

